



Análise Europeia

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS EUROPEUS



TRATADO DE LISBOA
FEBRIL 2007

FICHA TÉCNICA

ANÁLISE EUROPEIA

Revista da Associação Portuguesa de Estudos Europeus

Diretor

Pedro Camacho

Editores

André Simões dos Santos

David Gil Gonçalves

Luís Moniz

Conselho Científico

Alice Cunha

IHC – Universidade Nova de Lisboa

Eduardo Paz Ferreira

Fac. Direito – Universidade de Lisboa

Alina Esteves

CEG/IGOT – Universidade de Lisboa

Fátima Velez de Castro

Fac. Letras – Universidade de Coimbra

António Goucha Soares

ISEG – Universidade de Lisboa

Francisca Guedes de Oliveira

CPBS - Universidade Católica Portuguesa

António Martins da Silva

Fac. Letras – Universidade de Coimbra

Isabel Camisão

Fac. Letras – Universidade de Coimbra

Carla Fernandes

IPRI – Universidade Nova de Lisboa

João de Almeida Santos

FCSEA – Universidade Lusófona

Célia Morgado

Ministério da Educação

Joaquim Ramos Silva

ISEG – Universidade de Lisboa

Eduardo Medeiros

CEG/IGOT – Universidade de Lisboa

Jorge Malheiros

IGOT – Universidade de Lisboa

Lívia Franco
IEP – Universidade Católica Portuguesa

Luís Moreno
IGOT – Universidade de Lisboa

Margarida Brito Alves
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Maria de Fátima Ferreiro
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Maria João Palma
Fac. Direito – Universidade de Lisboa

Nuno Cunha Rodrigues
Fac. Direito – Universidade de Lisboa

Proprietária e Editora

Associação Portuguesa de Estudos Europeus
NIPC 513676503
Rua Coronel Marques Leitão, n.º 2, 1.º Dir.
1700-125 Lisboa – Portugal
E-mail: comunicacao@apeeuropeus.com

Redação

Rua Coronel Marques Leitão, n.º 2, 1.º Dir.
1700-125 Lisboa
Portugal
E-mail: investigacao.apee@gmail.com

Design gráfico

Pedro Camacho

Olga Solovova
CES – Universidade de Coimbra

Paulo Almeida Sande
IEP – Universidade Católica Portuguesa

Pedro Gomes Barbosa
Fac. Letras – Universidade de Lisboa

Pedro Tavares de Almeida
FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Rogério Roque Amaro
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Sítio oficial

<http://www.apeeuropeus.com/revista>

Periodicidade

Semestral

Registo na ERC

126820

Depósito Legal

407079/16

ISSN

2183-9565 (versão CD-ROM)

ESSN

2183-802X (versão em linha)

ÍNDICE

EDITORIAL

Lisboa

Pedro Camacho

11

ARTIGOS

Contributos da coesão territorial para o desenvolvimento europeu

João Silva Araújo

16

Países seguros – Uma solução ou outro problema?

Sofia Felício Caseiro

41

O nacionalismo personalizado: Análise dos movimentos nacionalistas na Europa (2006-2016)

David Gil Gonçalves

61

Representatividade e legitimidade na União Europeia: O Comité das Regiões e o Parlamento Europeu

Bruno Theodoro Luciano e Cairo Gabriel Borges Junqueira

74

Reinvigorating Liberal Democracy: A response to the threat of populism in Europe

Karim Quintino

97

Os desafios existenciais da Europa nos sessenta anos do Tratado de Roma

Paulo Vila Maior

113

COMUNICAÇÕES

<i>Night Will Fall (A Noite Cairá)</i> O documentário sobre os campos de concentração alemães Mónica Mendes	143
---	------------

DISCURSOS

Europa da defesa ou Europa indefesa? Ana Gomes	151
--	------------

NORMAS

Normas de Publicação	157
-----------------------------	------------

Política Editorial	163
---------------------------	------------

EUROPA DA DEFESA OU EUROPA INDEFESA?

PELA DEPUTADA AO PARLAMENTO EUROPEU, ANA GOMES

1. INTRODUÇÃO E RESENHA DE DOCUMENTOS ESCOLHIDOS

Numa Europa em que repetem minutos de silêncio e se “celebram” aniversários de atentados, se limpam estilhaços de terror e de ameaça direta ao nosso dia-a-dia - frequentar espaços públicos, apanhar o metro para o trabalho, ir a um concerto - falar de Defesa é ainda, para muitos, um tabu. Na Europa fala-se de Defesa baixinho, porque é “competência nacional” e o Conselho diz que sim, mas não atua (e alguns Estados-Membros nunca concordarão realmente). Fala-se de Defesa baixinho, porque falar em investir em Defesa é dar corpo à guerra, segundo alguns pseudopacifistas... Fala-se em Defesa baixinho, porque a conexão entre segurança interna e externa não é assumida.

É impossível não notar a ironia ao reler a *Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*, de 12 de dezembro de 2003¹, que começa assim: “A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje”. Entre 2008 e 2013, não se discutiu defesa no Conselho: as “crises” eram outras, “internas” e o colapso financeiro *comeu tudo e não deixou nada*. Defesa e segurança foram relegadas para trás, tanto no debate político (e público), como no orçamento dos Estados-Membros. Os cortes foram acentuados, sobretudo em Investigação e Desenvolvimento (I&D), com impacto direto nas capacidades e equipamento dos Estados-Membros (no quadro europeu e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), os compromissos de financiamento nunca foram respeitados). Tal como em tantas outras áreas a que austeridade comeu não só as pernas, mas também e, sobretudo, o cérebro, a fatura chega depois, e é pesada em vidas.

¹ Ver <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIP.pdf>.

Em junho de 2016, a narrativa apresenta grandes mudanças: a *Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (UE)*², apresentada por Mogherini, começa por enunciar que “[e]stá a ser posto em causa o propósito, e até mesmo a própria existência, da nossa União Europeia. (...) A instabilidade e a insegurança têm vindo a crescer na região (...). As crises que enfrentamos dentro e fora das nossas fronteiras estão a afetar diretamente a vida dos nossos cidadãos.”

No Relatório preparatório do Parlamento Europeu, *A UE num ambiente global em mutação – um mundo mais ligado, mais contestado e mais complexo*³, que negociei em nome do grupo Socialistas e Democratas (S&D), aprovado em março de 2016, defendemos que a estratégia da UE deve ser a seguinte:

- a. Identificação e hierarquização das ameaças e dos desafios;
- b. Definição das respostas a dar-lhes;
- c. Determinação dos meios necessários.

Síria, Líbia, Iraque, Ucrânia - conflitos às nossas portas, terrorismo, crime organizado, fluxos de migrantes e refugiados que fogem da miséria e da guerra, ataques cibernéticos, escassez de recursos naturais, dependência energética, alterações climáticas: as ameaças e desafios são complexos, de origens diversas e impossíveis de atacar separadamente, e muito menos cada Estado-Membro por si só.

A Estratégia Global, acima enunciada, acompanhada de um plano de aplicação mais detalhado, aponta, por isso, cinco prioridades estratégicas: i) a segurança da União; ii) resiliência estatal e das sociedades, a leste e a sul; iii) uma abordagem integrada dos conflitos; iv) plataformas de cooperação regional; e v) governação mundial para o século XXI.

O *Plano de Ação Europeu para a Defesa*, publicado pela Comissão em novembro de 2016⁴, propõe a criação de um Fundo Europeu de Defesa para apoiar projetos de investigação conjuntos e gastos mais eficazes em matéria de capacidades de defesa conjuntas, na linha de que mais Europa nesta área terá um efeito económico positivo.

² Ver http://www.eeas.europa.eu/archives/docs/top_stories/pdf/eugs_review_web.pdf.

³ Ver <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A8-2016-0069+0+DOC+XML+V0//PT>.

⁴ Ver <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/20372>.

2. TRÊS REFLEXÕES

2.1. COMBATE AO TERRORISMO

A ameaça terrorista não nos apanha de surpresa. Os sinais que insistimos em ignorar há muito que nos dizem que precisamos de encontrar soluções políticas a nível europeu.

Em primeiro lugar, porque não estamos a dar respostas adequadas do ponto de vista externo. Estamos a pagar o preço da descoordenação e inação face aos conflitos na Síria, no Iraque, na Líbia, facilitando o terreno aos terroristas. Precisamos de trabalhar pela paz e segurança da vizinhança. Precisamos de atacar as fontes de financiamento do terrorismo, como o tráfico de seres humanos, de armas e de drogas, bem como o branqueamento de capitais através do qual esses recursos são reciclados pelo sistema financeiro. Precisamos de nos coordenar e facultar equipamento e treino militar às forças que resistem no terreno, como os Peshmerga Curdos, e de os ajudar a libertar do Daesh, Al-Qaeda e outros grupos terroristas. Precisamos de prestar apoio humanitário de emergência a populações deslocadas e refugiadas e de as ajudar a reocupar e reconstruir zonas libertadas, como o Sinjar, no norte do Iraque.

Segurança externa depende também de investir em desenvolvimento, incluindo boa governação, democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. O argumento de que se tiram fundos do desenvolvimento para a segurança não colhe, porque não há investimento eficaz numa das áreas sem investir também na outra.

Também do ponto de vista interno persiste a desconfiança, apesar de estarmos acossados pela ameaça terrorista, que nenhum Estado pode enfrentar sozinho. Os Estados-Membros resistem a partilhar informação, fingem ter criado um efetivo Registo Europeu de Identificação de Passageiros (PNR) europeu⁵, não ativaram programas de prevenção da radicalização e, de facto, acabam a alimentar as redes de tráfico de seres humanos ao recusar vias legais e seguras para migrantes e refugiados poderem submeter pedidos de acesso à UE.

⁵ Diretiva da UE relativa ao Registo de Identificação de Passageiros (PNR).

Por outro lado, a polarização social é um risco de segurança em si mesmo. É urgente apostar em medidas económicas e sociais - crescimento, emprego, solidariedade social, luta contra a desigualdade - que as políticas neo-liberais e austeritárias arrasaram, fomentando desemprego, exclusão social, guetos. Divisões internas tornam a Europa mais vulnerável, quer em relação a perigos/adversários externos, mas também aos movimentos populistas e xenófobos - United Kingdom Independence Party (UKIP), Front National, Alternative für Deutschland (AfD), Magyar Polgári Szövetség (Fidesz) - que se alimentam da frustração e do medo. A desinformação orientada, as falsas notícias (*fake news*) espalhadas via redes sociais e a *media* encarregam-se do resto.

2.2. POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA

A UE não precisa de inventar medidas revolucionárias: a urgência está na aplicação efetiva dos instrumentos ao nosso dispor. No *Relatório sobre as implicações constitucionais, jurídicas e institucionais de uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD): possibilidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa*, que negociei em nome do grupo S&D, o Parlamento Europeu faz recomendações concretizáveis à luz do atual quadro jurídico da UE para uma efetiva cooperação na área da segurança e defesa.

Nesse sentido, este Relatório defende que a Agência Europeia de Defesa (AED) e o mecanismo de cooperação reforçada permanente (PESCO) devem ser tratados como instituições *sui generis* da UE e financiados pelo orçamento da União, orçamento que precisa de ser consideravelmente reforçado.

O Relatório destaca ainda o papel que a AED deve ter na coordenação entre Estados-Membros, nomeadamente no desenvolvimento de capacidades e aquisição de equipamento, com ganhos económicos e de eficiência; e pede a criação de uma sede permanente para a PCSD e o PESCO, clarificando que nenhum Estado-Membro que queira integrar o PESCO deve ser excluído.

Finalmente, pede-se a reforma do mecanismo Athena, para assegurar uma repartição equitativa dos custos operacionais e para que os Estados-Membros sejam

encorajados a contribuir com forças, não ficando restringidos pelas suas capacidades financeiras.

2.3. COOPERAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Nos tempos que correm, a cooperação entre a UE e a OTAN devia ser cada vez mais forte. Não há nenhuma competição negativa na aposta na segurança e defesa a nível europeu: uma Europa com PCSP mais equipada e capacitada faz certamente uma OTAN mais forte. Quem o reconheceu foi George W. Bush, já em 2008...

A Declaração Comum EU-OTAN, de 6 de julho de 2016, seguida pelo plano de implementação de 6 de dezembro de 2016, afirma: "Acreditamos que chegou o momento de dar um novo impulso e uma nova substância à parceria estratégica OTAN-UE." ⁶

Esta declaração, feita ainda antes das eleições nos Estados Unidos, foi abalada pelas declarações feitas pelo novo Presidente, Trump, que considerou a OTAN "obsoleta"⁷, exultou com o Brexit e antecipou a derrocada da UE... É cedo para confirmar se esta atitude resulta de uma aproximação à Rússia de Putin. O que é seguro é que o Presidente Donald Trump propõe-se conduzir uma ação externa protecionista, unilateralista, isolacionista.

A recente intervenção militar americana na Síria serviu para demonstrar que não há previsão possível: a nova política externa dos EUA é imprevisível, errática, bipolar.

E por isso, mais do que nunca, a UE precisa de se munir das ferramentas para assegurar a sua própria segurança e defesa. Ficar dependente dos EUA/da OTAN não é solução.

⁶ Ver http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_138829.htm.

⁷ Ver <http://www.bbc.com/news/world-us-canada-38635181>.